

## Senadores propõem saída para royalties

Emendas ao projeto que trata da distribuição de royalties e dos contratos de partilha foram apresentadas ontem na CCJ. A primeira, de Francisco Dornelles e Renato Casagrande, reserva 50,8% para os estados e municípios produtores. Gerson Camata quer preservar direito adquirido. **5**



Cercados por jornalistas, senadores Francisco Dornelles (D) e Renato Casagrande explicam proposta de emenda ao projeto do governo sobre royalties do pré-sal

WaldemirBarreto

# Comissão aprova mais facilidade para quebra de sigilo bancário

Projeto votado na Comissão de Assuntos Econômicos estabelece mudanças profundas em instrumento que visa proteger o cidadão, mas que é muitas vezes usado para ocultar transações ilegais, como lavagem de dinheiro

A proposta representa "uma vassourada, como diria Jânio Quadros", na corrupção e na lavagem de dinheiro, afirmou Gerson Camata.

Ele elaborou o texto com base em projetos de Antônio Carlos Valadares e do então senador Antero Paes de Barros. A proposta flexibiliza o conceito de

dados que devem ser protegidos e atribui aos órgãos públicos de fiscalização e investigação acesso automático a dados sigilosos, uma vez concedida autorização

judicial. O projeto, que será analisado também pela Comissão de Justiça, inclui a Polícia Civil entre os órgãos com acesso a sigilo bancário quebrado. **3**

GerardoMagalhães



Vice-presidente do Senado, Marconi Perillo presidiu as votações de ontem

## Ajuda à Palestina passa na CAE; Plenário ratifica 14 tratados

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem projeto que autoriza o Brasil a doar R\$ 25 milhões à Autori-

dade Nacional Palestina em apoio à reconstrução de Gaza. No Plenário, 14 tratados internacionais foram ratificados. **4**

Wellington e João Pedro deixam Senado **2**

CPC deve impedir decisão diferente na mesma ação **4**

Deputado do PMDB assume Comissão de Orçamento **3**

Internet poderá trazer alerta contra o uso de drogas **7**

Debate sugere fim das altas programadas pelo INSS **7**



Audiência pública reúne João Pedro (E), Suplicy, Jereissati, Virgílio, Marisa Serrano, Papaléo Paes e Alvaro Dias

## Vaccari nega desvio de recursos na Bancoop

A oposição destacou o drama de muitas famílias que investiram recursos na Bancoop, mas não receberam

seus imóveis. Ex-presidente da cooperativa, Vaccari admitiu problemas, mas negou desvio de recursos para o PT. **8**

MérciaLima

## Wellington e João Pedro deixam o Senado

Dois dos cinco senadores que devem deixar a Casa nesta semana, para que os titulares reassumam os mandatos, despediram-se ontem. Wellington Salgado

### Mineiro diz que disputa fratricida o surpreendeu



Wellington Salgado

Wellington Salgado (PMDB-MG), que se despediu depois de cinco anos de exercício do mandato, afirmou que o Senado que conhecia de fora era "vetusto, ponderado, conciliador e coeso". A Casa que o acolheu já não despontava todas essas características: ele disse

ter percebido "uma competição arrojada, fratricida e carregada pela sofreguidão em busca do poder". Para ele, "muitas vezes os interesses pessoais estiveram acima da importância que tem o Senado para a Federação brasileira".

Mesmo assim, ele elogiou o quadro de funcionários, que considerou altamente qualificado e dedicado. Destacou a capacidade técnica da Consultoria Legislativa, que avaliou como um dos órgãos mais expressivos e respeitados da Casa, o "fantástico acervo" da Biblioteca e o trabalho dos órgãos de comunicação do Senado.

e João Pedro cederão lugar a Hélio Costa (PMDB-MG) e Alfredo Nascimento (PR-AM), que se afastam dos ministérios das Comunicações e dos Transportes.

### Amazonense lembra atuação em comissões



João Pedro

João Pedro (PT-AM) fez um balanço de sua atuação no Senado, onde chegou em abril de 2007 como suplente de Alfredo Nascimento – ministro dos Transportes que deve reassumir sua cadeira nos próximos dias, por exigência da legislação eleitoral, pois vai concorrer ao

governo do Amazonas.

Ele destacou sua participação na Subcomissão Permanente de Águas; na Subcomissão de Risco Ambiental em Municípios Relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); nas CPIs da Petrobras e do Apagão Aéreo; no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; e na Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde defendeu o estreitamento dos laços históricos do Brasil com a África, continente que, conforme afirmou, encontra-se em uma situação miserável "por responsabilidade da Europa".

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Aposentadoria pode deixar de ser penalidade

14h Na pauta da sessão deliberativa, proposta (PEC 89/03) que impede a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar.

## CCT Lista telefônica com direitos do consumidor

8h30 Projeto que institui o Fundo de Investimentos em Telecomunicações está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. A pauta inclui ainda proposta que obriga as operadoras de telefonia fixa a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória e o projeto que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos. Na mesma reunião, a CCT vota 27 projetos de decreto legislativo de autorizações e permissões para o funcionamento de rádios comunitárias, rádios FMs e emissoras de televisão em diversos estados do país.

## CCJ Mudança na Lei de Licitações

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota 34 propostas, entre elas a que dispõe sobre exame de DNA em parentes para determinar paternidade. Também em análise proposta que altera as normas para licitações e contratos da administração pública, instituindo a retenção de pagamento nos casos de irregularidade trabalhista e fiscal da empresa contratada pelo poder público.

## CDH Conselhos tutelares em debate

10h Atribuições, responsabilidades e compensações dos conselhos e conselheiros tutelares serão debatidas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Estão convidados os presidentes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fábio Feitosa; da Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro, Tânia Cubiça; da Associação dos Conselheiros Tutelares do Rio de Janeiro, Liliene Gomes da Costa; o secretário-adjunto do Fórum Nacional de Defesa da Criança e Adolescente, Oto de Quadros, e o diretor de Relações Institucionais do Fórum Colegiado Nacional de Conselhos Tutelares, Paulo Roberto dos Santos.

## CAS Prontuário eletrônico no SUS

11h Entre as propostas em votação na Comissão de Assuntos Sociais, está a que cria prontuário eletrônico para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### Correção

Ao contrário do que foi informado ontem no texto "Simplificação do divórcio na pauta de hoje do Plenário", a proposta de emenda à Constituição (PEC) 28/09 resulta não apenas da PEC 415/05, do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), mas da unificação dessa com a PEC 33/07, do deputado Sérgio Barradas Carneiro (PT-BA).

## Suplicy explica renúncia à candidatura

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou ontem que desistiu de disputar a indicação do PT para concorrer a governador atendendo a "pedido unânime" da direção do partido, para que abrisse mão da candidatura em favor do senador Aloizio Mercadante.

Suplicy explicou que não havia

sentido manter sua candidatura quando a própria direção do partido, que tem a responsabilidade de conduzir a campanha, pediu que ele desistisse. Pesquisa do Instituto Datafolha divulgada na segunda-feira colocou Suplicy (19%) à frente de Mercadante (13%) na corrida ao Palácio dos Bandeirantes.

## Plenário homenageia Anfip e vigilantes

O Plenário decidiu ontem realizar sessão em homenagem à Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Aprovou também comemoração pelo Dia Nacional dos Vigilantes. As propostas são do senador Paulo

Paim (PT-RS).

A sessão especial em homenagem aos 60 anos de fundação da Anfip está agendada para o dia 12 de abril. Já a que homenageará os vigilantes está prevista para o dia 26 de abril.

# CONEXÃO SENADO

A SUA PRIMEIRA INFORMAÇÃO DO DIA-A-DIA DO SENADO FEDERAL.

**Rádio Senado**  
COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

[www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio)

Brasília: 91,7 MHz | Natal: 106,9 MHz | Curitiba: 102,5 MHz | Fortaleza: 103,3 MHz

O seu ponto de partida para entender o que acontece no Senado Federal. Votações, debates, opiniões, além de comentários sobre política, economia e fatos internacionais. Acompanhe pela rádio FM ou pela Internet.

**EM NOVO HORÁRIO.**  
DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DAS 7h ÀS 8h30.

A partir de um conceito mais flexível sobre dados sigilosos, projeto assegura a órgãos de fiscalização acesso automático mediante ordem judicial

# Aprovada mudança profunda no sigilo bancário

O SIGILO BANCÁRIO – instituído para proteger o cidadão, mas muitas vezes usado para ocultar transações ilegais, como lavagem de dinheiro – pode ter uma mudança profunda. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto com 15 artigos e 129 itens flexibilizando o conceito de dados que devem ser protegidos e atribuindo aos órgãos públicos de fiscalização e investigação acesso automático a dados sigilosos, uma vez concedida autorização judicial dentro da competência desses órgãos, que são listados na proposta.

A ordem judicial, conforme o projeto, será concedida a toda a operação de investigação. Com isso, não é necessária a renovação do pedido quando surgirem novos suspeitos ou novos bens, direitos ou valores que mereçam investigação própria. A única exigência aos órgãos de investigação é formalizar uma comunicação ao juiz competente.

## Banestado

A proposta aprovada pela CAE foi elaborada pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) a partir de dois projetos: um (PLS 418/03) apresentado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e outro (PLS 49/05) do então senador Antero Paes de Barros, com o objetivo de alterar a Lei Complementar 105/01.

Antero usou como base para sua proposta as conclusões da CPI Mista do Banestado, que apurou a evasão de divisas e lavagem de dinheiro entre 1996 e 2002 no Brasil.

A regulamentação do sigilo bancário – estabelecida pela Lei Complementar 105/01 – mostrou-se inadequada à condução do inquérito na forma desejada pela CPI, principalmente no acesso a dados bancários.

A flexibilização do sigilo bancário é uma recomendação da Financial Action Task Force (Fatf), força-tarefa que congrega 31 países, incluindo o Brasil,

com o objetivo de combater globalmente a lavagem de dinheiro.

## Definição

O projeto, que será analisado também pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), define o que é dado protegido ou não por sigilo. Caso seja aprovado, deixariam de ser sigilosos para os órgãos públicos de fiscalização e investigação, por exemplo, os dados que informam se a pessoa possui ou não capacidade financeira ou patrimonial para realizar determinadas operações ou transações com certas quantias.

Perderiam também a proteção os valores globais, com a respectiva identificação da pessoa física ou jurídica, correspondentes a operações financeiras, como lançamento a débito em contas correntes ou em contas de poupança (veja lista completa ao lado).

## Vassourada

Durante a discussão do projeto na CAE, Gerson Camata afirmou que a proposta representa uma “vassourada, como diria Jânio Quadros”, na corrupção e na lavagem de dinheiro. Para ele, a proposta é melhor do que a do Executivo, que tramita na Câmara. O texto aprovado na comissão, disse, poderá trazer uma grande ajuda às autoridades responsáveis pela condução de investigações sobre esses dois tipos de crime.

O relator afirmou ter incluído a Polícia Civil entre os órgãos de investigação, fiscalização e inteligência, com acesso a sigilo bancário quebrado, depois de constatar que o trabalho dos policiais civis iniciou a “faxina política” no Distrito Federal.

As primeiras averiguações da Polícia Civil do DF deram origem à Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que resultou na prisão do então governador José Roberto Arruda e de alguns auxiliares.



Garibaldi Alves Filho (E), presidente da CAE, e Gerson Camata, relator: proposta consolida dois projetos, um deles de 2003

## Informações que perdem a proteção

Os seguintes dados deixam, segundo o projeto, de ser sigilosos para os órgãos públicos de fiscalização ou de investigação:

	<b>I</b> – Dados <b>cadastrais</b> (nome, endereço residencial ou comercial, estado civil, registros de identidade e de cadastro de pessoa física ou jurídica);	
	<b>II</b> – os que informam em quais <b>instituições financeiras</b> a pessoa mantém contas de depósitos, aplicações ou investimentos, assim como os números dessas contas e as respectivas agências;	
	<b>III</b> – os que informam se a pessoa possui ou não <b>capacidade financeira ou patrimonial</b> para realizar determinadas operações ou transações com certas quantias;	
	<b>IV</b> – os valores globais, com a respectiva identificação da pessoa física ou jurídica e da instituição financeira, correspondentes à soma das seguintes <b>operações financeiras</b> : <b>a)</b> o lançamento a <b>débito</b> , por instituição financeira, em contas correntes de depósito, em contas correntes de empréstimo e em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósitos em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do artigo 890 da Lei 5.869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo artigo 1º da Lei 8.951, de 13 de dezembro de 1994, junto a ela mantidas; <b>b)</b> o lançamento a <b>crédito</b> , por instituição financeira, em contas correntes que apresentem saldo negativo, até o limite de valor da redução do saldo devedor; <b>c)</b> a <b>liquidação ou pagamento</b> , por instituição financeira, de quaisquer créditos, direitos ou valores, por conta e ordem de terceiros, que não tenham sido creditados, em nome do beneficiário, nas contas referidas nas itens a e b; <b>d)</b> o lançamento e qualquer outra forma de movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira não relacionados nas itens a, b e c efetuados pelos <b>bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas</b> ; <b>e)</b> a liquidação de operação contratada nos mercados organizados de <b>liquidação futura</b> ; <b>f)</b> qualquer outra movimentação ou transmissão de <b>valores e de créditos e direitos de natureza financeira</b> que, por sua finalidade, reunindo características que permitam presumir a existência de sistema organizado para efetivá-la, produza os mesmos efeitos previstos nas itens a, b, c e e, independentemente da pessoa que a efetue, da denominação que possa ter e da forma jurídica ou dos instrumentos utilizados para realizá-la.	
	<b>V</b> – os sigilosos, cuja revelação for expressamente <b>consentida</b> pelos interessados;	
	<b>VI</b> – os constantes de <b>auditorias</b> internas realizadas pelas instituições financeiras, ou externas, por empresas contratadas para tal fim;	
	<b>VII</b> – todos os que envolverem movimentação de recursos provenientes de <b>fonte pública</b> , ou de instituições em que o poder público detenha a prerrogativa de indicar a maioria dos administradores.	

Foto: Stock.XCHING

## Maria da Conceição Tavares falará aos senadores da CAE

A economista Maria da Conceição Tavares deve fazer uma análise sobre a economia brasileira e sua evolução na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O convite à professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi aprovado ontem, por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Para o parlamentar, Maria da Conceição Tavares, portuguesa naturalizada brasileira, que completará 80 anos no dia 25 de abril, é a maior economista do país. Suplicy destacou a atuação dela na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal), que reunia grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano nas décadas de 1960 e 1970.

Ele citou a convivência de Conceição Tavares com personalidades, como o economista



Suplicy lembrou que a economista foi professora de Serra e Dilma

brasileiro Celso Furtado e o argentino Raúl Prebisch – os mais destacados intelectuais da Cepal. A economista, observou o senador, foi professora de dois dos pré-candidatos à Presidência da República: José Serra, do PSDB, e Dilma Rousseff, do PT.

## Audiência sobre incentivo para doação a igrejas

Representantes da Receita Federal, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs do Brasil (Conic) deverão participar de audiência pública na CAE para debater projeto que estimula as doações realizadas por empresas a instituições religiosas.

O pedido de audiência pública foi feito pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que considerou “muito polêmica” a proposta (PLC 95/08).

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), observou que o projeto não causa impacto à receita do governo, porque se mantém inalterado o limite máximo das doações dedutíveis do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 2% do lucro operacional.

## Moka assume presidência da Comissão Mista de Orçamento

O deputado Waldemir Moka (PMDB-MS) foi eleito ontem, por aclamação, para o cargo de presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) para o ano de 2010.

Após ter sido empossado pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), Waldemir Moka agradeceu o apoio recebido de seu partido na indicação para a presidência do colegiado. O deputado pediu o apoio do colégio de líderes e dos coordenadores de partido na CMO, na busca de consenso, indispensável, conforme afirmou, para o bom êxito dos trabalhos da comissão.

Waldemir Moka, atendendo a pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), líder do governo no Congresso, estendeu o prazo para indicação dos novos integrantes da mesa da

CMO para o dia 8. Também na semana que vem deverão ser conhecidos os nomes, entre outros cargos da comissão, do relator-geral da proposta orçamentária para 2011, do relator da lei de diretrizes orçamentárias para 2011 e dos relatores setoriais.

A lista com os novos membros da CMO está disponível na página da Câmara dos Deputados na internet. A comissão é constituída por 40 membros titulares, sendo 30 deputados e dez senadores, com igual número de suplentes.

O relator-geral do projeto de Orçamento de 2011 deve ser escolhido entre os senadores Tião Viana (PT-AC) e Inácio Arruda (PCdoB-CE). O nome, no entanto, somente será conhecido na próxima semana, informou Ideli Salvatti.



Luiz Fux quer que comissão continue funcionando para acompanhar a tramitação do projeto no Congresso

## Novo código impedirá decisões diferentes em um só processo

A Comissão de Juristas responsável pela elaboração do anteprojeto do novo Código de Processo Civil decidiu ontem que, em um mesmo processo com vários demandantes, a decisão do juiz será válida para todos. O objetivo é "tratar com igualdade as pessoas que estão em uma mesma ação", afirmou o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça Luiz Fux.

Os juristas resolveram ainda colocar no anteprojeto do CPC que o prazo para pedir rescisão de sentenças em ações em que se comprove corrupção de juízes ou o uso de documento falso será de dois anos a partir do final do processo. A comissão decidira antes que esses prazos, hoje de dois anos, seriam reduzidos para um ano no novo CPC. No entanto, eles concordaram em fazer as duas exceções, para os casos de corrupção e documentação falsa.

Como o anteprojeto do código está limitando muito o uso de recursos nos processos, os juristas também decidiram que, após a concessão de uma liminar por um juiz, o advogado poderá de imediato sustentar oralmente suas razões contra essa decisão de urgência. Para o ministro Luiz Fux, as

liminares na prática "têm um efeito quase que de solução imediata do litígio", embora não seja a definição judicial do caso. Assim, é justo que o advogado possa apresentar de imediato e verbalmente suas razões contra a liminar.

O ministro Luiz Fux informou que a comissão resolveu trabalhar a partir de agora também nos fins de semana, para entregar o anteprojeto do Código de Processo Civil aos senadores até o dia 29 de abril. Além das reuniões em Brasília, a comissão já promoveu cinco audiências públicas em capitais para discussão da proposta. Ainda serão realizados debates em Manaus (no próximo dia 9), Curitiba (dia 15) e Porto Alegre (dia 16).

A comissão foi criada em setembro do ano passado pelo Senado e já entregou um relatório preliminar ao presidente José Sarney, que agora vem sendo aprimorado, a partir de sugestões enviadas aos juristas e apresentadas nas audiências públicas. Ao final, o anteprojeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde tramitará como proposta legislativa. Depois de votado pelo Senado, o novo CPC será analisado pela Câmara.

## Augusto celebra cobertura total de celular em Roraima

O senador Augusto Botelho (PT-RR) comemorou o anúncio de que, no dia 30 de abril, todos os 15 municípios de Roraima estarão servidos pela telefonia celular, segundo as previsões da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das empresas de telefonia.

Desde 2007, salientou Augusto Botelho, a luta é para levar a todos os moradores dos 15 municípios roraimenses a possibilidade de se comunicarem por celular. Roraima é a última unidade da Federação que ainda não tem cobertura completa de telefonia móvel.

O senador observou que o celular não é só um meio de comunicação, é também um aparelho que salva vidas, pois quando um morador de uma região isolada se acidenta, quebra a perna ou é picado de cobra, esse é o meio utilizado para pedir socorro mais rapidamente.

## Lúcia Vânia destaca industrialização crescente de Goiás

Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a industrialização do estado de Goiás tem aumentado nos últimos anos, com a instalação de novos grupos empresariais e a expansão das fábricas existentes. Ela disse que a implantação do porto seco em Anápolis tem sido fundamental para a atração destas indústrias e que cerca de cem fábricas encontram-se hoje na região.

— Ao redor de Anápolis, num raio de pouco mais de 1.200 quilômetros, encontram-se 75% do mercado consumidor brasileiro. Há uma boa infraestrutura de transportes, em rodovias e ferrovias — destacou a senadora, que agradeceu a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) do Ministério do Desenvolvimento, Lytha Spindola, que ontem foi a Anápolis participar de um encontro com empresários da região que têm interesse em exportar.

Manifestando-se contra a proposta, Roberto Cavalcanti afirmou que bolsões de pobreza no país desaconselhavam doação; Camata disse que votaria a favor em reação à política de Netanyahu

# Aprovada ajuda de R\$ 25 mi para reconstrução de Gaza

PROJETO QUE AUTORIZA o Brasil a doar R\$ 25 milhões à Autoridade Nacional Palestina, em apoio à reconstrução de Gaza, foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue para votação no Plenário do Senado.

A proposta, que estava na pauta da CAE desde o dia 16 de março, provocou grande polêmica e teve sua votação adiada por um pedido de vista. O relator foi o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na reunião de ontem, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) afirmou que o Brasil tem bolsões de pobreza que não recebem

nenhuma assistência oficial, fato que desaconselharia o país a fazer doações a outras nações, por mais justas que sejam as razões para a ajuda humanitária.

Gerson Camata (PMDB-ES) disse que, em outra ocasião, votaria contra, mas acrescentou que, em protesto contra a política do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu de ampliação de assentamentos judeus em Jerusalém, votaria pela aprovação do projeto de ajuda a Gaza.

Na reunião do dia 16 de março, vários senadores se manifestaram contra a proposição. Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que o

governo alega falta de dinheiro para as mudanças no Bolsa Família previstas em projeto de Tasso Jereissati (PSDB-CE), mas destina grandes quantidades de recursos a doações internacionais.

João Tenório (PSDB-AL) assinalou que, enquanto é generoso com outros países, o governo recusa-se a rolar as dívidas que sufocam os produtores do agreste nordestino. O senador Efraim Morais (DEM-PB) disse que essas dívidas, que causam grandes problemas para a economia nordestina, são de pequenos valores, em muitos casos inferiores a R\$ 15 mil.



Secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e o senador Marconi Perillo, que ontem presidiu a sessão durante a ordem do dia

## Plenário ratifica 14 projetos de acordos internacionais

Com consenso entre as lideranças e votação simbólica, o Plenário aprovou 14 projetos de decreto legislativo relativos a acordos internacionais que tratam de vários assuntos, entre eles as modificações do acordo constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Outro acordo aprovado trata da última revisão do estatuto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Todos os acordos foram aprovados previamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O PDS 1.035/09, do FMI, trata da expansão da capacidade de

investimento e renda do Fundo e da distribuição de cotas e do poder de voto dos países membros.

Segundo texto enviado pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Relações Exteriores, a proposta visa recompor as receitas do FMI, que caíram drasticamente frente à redução das operações de empréstimos.

Já o PDS 930/09, sobre a CPLP, reflete a última revisão no acordo, realizada em Lisboa (2007), para adequar as estruturas da comunidade a novos desafios, entre eles a criação de uma Assembleia Parlamentar da CPLP.

## Dívidas de Cabo Verde e Suriname são reduzidas

O Plenário aprovou ontem dois projetos de resolução (PRSs 8/10 e 9/10) que autorizam a União a conceder perdão parcial das dívidas que as repúblicas de Cabo Verde e do Suriname têm com o Tesouro brasileiro, promovendo uma reestruturação dos contratos com os dois países. Ambos os projetos vão à promulgação. O contrato de Cabo Verde é de US\$ 3,9 milhões, com perdão de US\$ 1,1 milhão, referentes a juros de mora devidos até 31 de dezembro de 2008. Já o do Suriname é de US\$ 118 milhões e o perdão é de US\$ 35,7 milhões.

## Mais recursos para municípios pela construção de hidrelétricas

Os municípios brasileiros poderão passar a ter 65% do montante da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFRH), conforme projeto aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta reduziu de 45% para 25% a parcela dos estados e manteve os demais percentuais: 3% para o Ministério do Meio Ambiente, 3% para o Ministério de Minas e Energia e 4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

O autor do projeto (PLC 315/09), deputado Chico da Princesa (PR-PR), argumenta

que os municípios sofrem mais intensamente os impactos sociais e econômicos pela construção de usinas hidrelétricas e de seus reservatórios. Como exemplo, ele ressaltou a impossibilidade de o município usar as áreas alagadas, com perdas de produção e de emprego.

Em seu voto favorável, o relator na CAE, Wellington Salgado (PMDB-MG), observou que, além de estarem mais sujeitos às consequências negativas da construção de hidrelétricas, os municípios são os que têm menos alternativas para compensar as perdas. Ele também frisou que, muitas vezes, os municípios



Wellington: municípios têm poucas alternativas para compensar perdas

não têm áreas economicamente dinâmicas que possam oferecer emprego às populações privadas de seus meios de sustento. O projeto segue para exame da Comissão de Infraestrutura, em decisão terminativa.

Iniciativa de Dornelles e Casagrande reduz substancialmente parcela da União nos royalties. Ideia de Camata é preservar os direitos adquiridos

# Emenda deixa 50,8% dos royalties com produtores

OS SENADORES FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) e Renato Casagrande (PSB-ES), representantes de dois dos estados mais importantes na produção de petróleo, ao lado de São Paulo, apresentaram ontem proposta de divisão dos royalties praticamente restrita a estados e municípios (produtores e não produtores). A União ficaria apenas com uma parcela por meio de um fundo especial, dirigido na sua quase totalidade aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Os dois senadores anunciaram que apresentarão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) essa emenda ao projeto que cria o regime de partilha para exploração do pré-sal e fixa os critérios para distribuição dos royalties (PLC 16/10).

A emenda não atinge os contratos atuais, em áreas de exploração fora do pré-sal. Estados e municípios produtores, além dos afetados por embarque e desembarque, ficariam com 56,6% dos royalties, no total. O percentual destinado especificamente aos produtores seria de 50,8%.

A parcela destinada à União (43,3%) seria convertida num fundo especial a ser distribuído entre estados, Distrito Federal e municípios (33,7%). Uma pequena parcela seria destinada ainda à Marinha (3,3%), ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o

desenvolvimento de pesquisas destinadas à indústria do petróleo (3,3%), e à constituição de um fundo de combate às mudanças climáticas e proteção ao ambiente marinho (3,3%).

A emenda prevê também novo regime para a aplicação dos recursos advindos da venda de petróleo, gás natural e demais hidrocarbonetos: 55% para constituição do Fundo Social, 21,5% para os estados e o Distrito Federal, de acordo com o FPE, e 23% para os municípios, de acordo com o FPM.

## Compensações

De acordo com o senador Renato Casagrande, a medida foi pensada para compensar estados e municípios pela imunidade tributária da União, que não paga impostos sobre compra e venda de petróleo.

O projeto aprovado na Câmara com a Emenda Ibsen destina 19% dos royalties para a União e 3% para o fundo de combate às mudanças climáticas. O restante, mesmo de contratos antigos, seria dividido entre todos os estados e municípios.

– Você vê que o aumento da participação de estados e municípios não produtores na receita é muito grande. Em relação ao que é hoje, é cerca de 400% maior – disse na entrevista o senador Francisco Dornelles.



Casagrande (E) e Dornelles elaboraram emenda ao projeto que divide royalties e trata dos contratos de partilha

## Proposta de Camata resguarda direito adquirido

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) também apresentou ontem na CCJ emenda ao PLC 16/10, para impedir a perda de arrecadação pelos estados produtores de petróleo. Camata reafirma a validade dos contratos em vigor, anulando, para isso, as alterações da Emenda Ibsen.

– O Senado deve ser firme na posição de que não se alterem regras já estabelecidas e contratos já firmados. É a forma de garantir maior segurança jurídica, gerando, conseqüentemente,

um ambiente mais propício para investimentos – argumenta Gerson Camata, citando princípios constitucionais como o do direito adquirido e o do ato jurídico perfeito.

O senador lembra também que a Constituição prevê expressamente (no parágrafo 1º do artigo 20) a compensação dos entes federativos que sofrem os efeitos negativos da exploração de petróleo, seja em seu território ou na plataforma continental confrontante, como é o

caso de Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Gerson Camata mantém, em sua emenda, a mesma arrecadação, em termos absolutos, a que os estados e municípios produtores têm direito pela Lei do Petróleo (Lei 9.478/97). Em relação aos municípios não produtores, o senador prevê a repartição dos recursos pelo rateio do FPM. Os estados não produtores receberiam seguindo fórmula inversamente proporcional à renda per capita.

## Comissões devem realizar debate conjunto sobre pré-sal

Os quatro projetos que tratam do marco regulatório da exploração do petróleo do pré-sal devem ser discutidos em audiências públicas conjuntas de comissões do Senado Federal. De autoria do senador Renato Casagrande (PSB-ES), os requerimentos para realização desses debates foram aprovados ontem pela Comissão de Assuntos

Econômicos (CAE).

Renato Casagrande explicou que, embora as mudanças na distribuição dos royalties previstas na emenda do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) tenham obtido maior repercussão na imprensa, os quatro projetos de lei contêm outras particularidades extremamente importantes que ainda precisam ser debatidas.

## CAE não vota pedido para adiar tramitação

Por falta de acordo, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) não votou ontem requerimento do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê a suspensão do exame da criação da Petro-Sal até deliberação sobre o marco regulatório para o setor. Apesar de constar da pauta da CAE em três reuniões seguidas, o requerimento nem chegou a ser colocado em votação pelo presidente da comissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).



Jereissati quer analisar marco regulatório antes da Petro-Sal

O relator do PLC 309/09, que cria a Petro-Sal, empresa pública que cuidaria da exploração do petróleo no pré-sal, é o senador Gim Argello (PTB-DF). Ele deu parecer contrário ao requerimento de Tasso Jereissati. Com isso, o projeto segue tramitação normal na CAE e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Serviços de Infraestrutura (CI), assim como o PLC 16/10, que instituiu o marco regulatório para o pré-sal.

### Debates programados

Comissões do Senado estão programando audiências conjuntas para analisar os projetos sobre o pré-sal

ORGANIZAÇÃO

**Fundo Social (PLC 7/10):** Audiência conjunta da CAE com as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Serviços de Infraestrutura (CI); Assuntos Sociais (CAS); Educação, Cultura e Esporte (CE); Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT); e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

**Petro-Sal (PLC 309/09):** Especialistas e representantes da Agência Nacional do Petróleo e do Instituto Brasileiro do Petróleo devem participar de audiência conjunta da CAE com a CCJ e a CI.

**Royalties (PLC 16/10):** O novo modelo de exploração do petróleo do pré-sal e de áreas estratégicas será debatido em audiência conjunta da CAE com a CCJ e a CI, com a presença de especialistas e representantes do Ministério de Minas e Energia e do Instituto Brasileiro de Infraestrutura.

**Capitalização da Petrobras (PLC 8/10):** O projeto será debatido com especialistas em audiência pública conjunta da CAE com a CCJ e a CI.

EMENDAS

Durante a discussão dos requerimentos de audiência, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou a apresentação de emenda que vincula a aplicação de pelo menos a metade dos recursos destinados a estados e municípios, por conta dos royalties sobre petróleo, às áreas de educação e infraestrutura. O prazo para apresentação de emendas às propostas, centralizada na CCJ, terminou ontem. O PLC 309/09 deve ser examinado pelas comissões até 9 de abril. No dia 19 de abril, passa a trancar a pauta do Plenário do Senado, por tramitar em regime de urgência constitucional. Os PLCs 7/10, 8/10 e 16/10 devem ser votados até 27 de abril pelas comissões por onde tramitam. A partir de 5 de maio, trancam a pauta do Plenário.

## UNE quer 50% do Fundo Social para educação

Representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) coletaram ontem, durante reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), assinaturas dos senadores para apresentação de emenda ao texto do projeto de lei da Câmara (PLC 7/10) que cria o Fundo Social – no qual serão aplicados recursos provenientes da exploração do petróleo na camada pré-sal.

Pela emenda da UNE, 50% do total da receita obtida pelo Fundo Social “deverão ser aplicados em programas direcionados ao desenvolvimento da educação”.

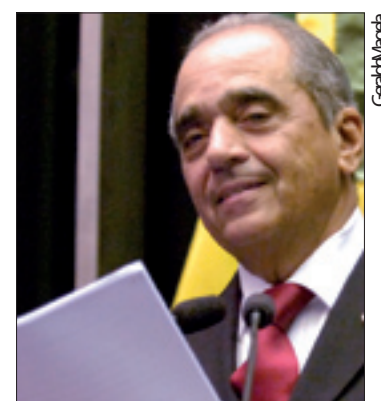
A criação do Fundo Social será debatida em audiência conjunta promovida por sete comissões, entre elas, a CE.

## Município afetado por embarque pode ter participação

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) vai propor que os municípios afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural tenham participação na riqueza gerada pela exploração em áreas do pré-sal. Ele anunciou a apresentação de emendas nesse sentido ao projeto de lei (PLC 16/10) que regulamenta a exploração dessas jazidas.

Na opinião do senador, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) discrimina, no pagamento de royalties, os municípios afetados por pontos de entrega de gás natural às concessionárias estaduais. Antes de 2002, explicou, os municípios afetados, chamados de city gates, recebiam royalties no valor de 5% da produção.

A definição de city gates da própria ANP, assinalou Cavalcanti, colide diretamente com a justificativa da agência ao não enquadramento desses muni-



Roberto Cavalcanti anuncia emenda ao projeto sobre a exploração das jazidas

cípios para fins de pagamento de royalties.

– Para evitar critérios estapafúrdios, como os alegados pela ANP, apresentei emendas que definem, explicitamente, tanto para os contratos de partilha de produção quanto para os contratos de concessão, que pontos de entrega às concessionárias estaduais de gás natural produzido no país serão considerados instalações de embarque e desembarque, ensejando assim o pagamento de royalties aos municípios afetados por essas operações, como é o caso de Cabedelo, na Paraíba.

Ministra da Casa Civil acusou PSDB de adotar cartilha do neoliberalismo. Como exemplos, líder do partido aponta falhas na saúde pública brasileira e nos serviços dos Correios

## Virgílio rebate Dilma e diz que atual governo criou o "Estado omissivo"

O SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM) rebateu declaração da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, no lançamento do PAC 2, na segunda-feira, de que o PSDB defende o Estado mínimo do neoliberalismo, e afirmou que um exame da situação do serviço público brasileiro indicará que "o atual governo defende o Estado omissivo, nem máximo, nem mínimo".

Arthur Virgílio afirmou que, para se avaliar a situação dos hospitais públicos nem é necessário ir ao distante Amazonas; basta verificar os estabelecimentos de Brasília, a capital da República, onde a assistência médico-hospitalar só não é pior porque já chegou ao nível zero.

A situação dos Correios é apontada também como exemplo do Estado omissivo. Virgílio disse que, antes do atual governo, uma carta postada em um dia chegava ao

destinatário no dia seguinte.

– Hoje, sucateada, a ECT está cheia de sindicalistas incompetentes no lugar de técnicos. Quem quiser experimentar tente postar uma carta em Brasília. Vai chegar ao seu destino daí a três dias – afirmou.

O senador observou que o sistema postal brasileiro foi copiado do eficiente correio francês e funcionava bem. No atual governo, acrescentou, "a eficácia foi caindo e nem Sedex resolve". Para contornar o problema, segundo Virgílio, criaram o Sedex 10, "que apenas mascara uma deficiência igualmente duvidosa".

O serviço de emissão de passaporte, de acordo com o senador, também foi vítima do Estado omissivo. Com sorte, acrescentou, o passaporte pode sair em 15 dias. "Se não conseguir nesse prazo e reclamar,

o cidadão recebe uma áspera resposta do tipo: o sistema está fora do ar".

Virgílio lamentou tentativas de mistificação com o objetivo de confundir o público e disse esperar que a campanha eleitoral "não seja palco disso, e apenas disso".

### Tráfego de água doce

O senador apresentou requerimento de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente (CMA) para discutir o tráfego de água doce no Brasil. Segundo ele, a revista jurídica *Consulex* de 15 de dezembro de 2009 publicou artigo da advogada Ilma de Camargo Pereira Barcellos mostrando que navios-tanques estão retirando ilegalmente água do rio Amazonas para engarrafamento na Europa e no Oriente Médio.



Senador afirma que novo sistema de exploração mineral deve contar com tecnologia avançada

## Jefferson Praia afirma que Amazônia precisa de nova mineração

A Amazônia precisa contar com um sistema de exploração mineral com tecnologia avançada que favoreça o beneficiamento das riquezas da região com o mínimo de impacto ambiental, defendeu ontem o senador Jefferson Praia (PDT-AM). Ele relatou ter participado, como expositor, do Congresso Brasileiro para a Retomada do Desenvolvimento do Setor Mineral, realizado recentemente em São Paulo, onde defendeu o aumento do conhecimento geológico da Amazônia, tendo em vista que a região ainda hoje utiliza o Projeto Radam.

Esse projeto foi criado pelo governo brasileiro em outubro de 1970 para a coleta de dados de recursos minerais, solos, vegetação, uso da terra e cartografia da região. Em São Paulo, Jefferson Praia disse ter sugerido ainda a agregação de valor no setor mineral.

## Aécio e Serra deixam hoje seus cargos, anuncia Azeredo

Todas as 853 cidades de Minas Gerais já dispõem do serviço de telefonia celular e apenas cinco não estarão ligadas às demais por asfalto, até o final do ano. As que permanecerão com suas estradas de terra são rodovias federais. Em 2003, metade dos municípios não tinha sinal de celular e 225 não contavam com ligação asfáltica. Ao registrar que o responsável por esses avanços, o governador Aécio Neves, se desincompatibiliza hoje do cargo, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comentou que a gestão de Aécio deu um novo rumo a Minas.

Azeredo também aplaudiu a gestão de José Serra à frente do governo do estado de São Paulo. Serra também deixa hoje o cargo para se candidatar à Presidência.



Eduardo Azeredo: todas as cidades de Minas Gerais já dispõem de telefonia celular

## Osmar Dias lamenta excesso de promessas e ausência de obras

Osmar Dias (PDT-PR) disse ontem que muita coisa foi anunciada pelo governo com o lançamento do PAC 2 e, cada vez que isso é feito, criam-se expectativas imensas na população. Ele citou, como exemplo, as incontáveis vezes em que foi anunciada a construção do metrô de Curitiba.

– Como todo paranaense, fico frustrado quando vejo repetidas vezes se anunciar obras que depois não são cons-

truídas – lamentou.

Osmar Dias lembrou que, originalmente, o metrô teria 22 quilômetros de extensão, mas diminuiu para 13 quilômetros e foi incluído no PAC 2. Segundo ele, a obra contaria com um orçamento de R\$ 1,3 bilhão, sendo que R\$ 960 milhões viriam do governo federal e o restante de uma parceira público-privada (PPP).

O senador disse que é preciso integrar o transporte coletivo entre a capital e



Osmar Dias lembrou inúmeras vezes que ouviu falar do início das obras do metrô de Curitiba

a região metropolitana, pois hoje os passageiros reclamam muito dos ônibus lotados.

## Serys destaca investimentos do PAC 2

Serys Silhessarenko (PT-MT) saudou o lançamento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), realizado na segunda-feira. A senadora comemorou o fato de o novo programa prever a construção de 2 milhões de casas populares em todo o país até 2014.

Segundo Serys, também serão investidos R\$ 30 bilhões para regularização fundiária, urbanização e saneamento básico em favelas e outras áreas pobres do país. Para o financiamento habitacional de construção, aquisição ou reforma de imóveis, acrescentou, serão destinados R\$ 176 bilhões.

– O PAC 2 prevê R\$ 958 bilhões em investimentos entre 2011 e 2014. O programa também prevê investimentos para após o ano de 2014 – disse a senadora, ressaltando que o setor de energia elétrica será o que mais receberá recursos do programa entre 2011 e 2014, algo em torno de R\$ 465 bilhões.



Serys Silhessarenko comemora previsão de construção de 2 milhões de casas populares

Para a senadora, o Mato Grosso tem muito que comemorar com o lançamento do PAC 2, pois estão previstas para o estado obras rodoviárias e ferroviárias, construção de aeroporto, eletrificação rural, irrigação, instalação de usinas hidrelétricas e também recursos para saneamento e saúde.

– No início de 2010 deu-se a retomada do crescimento da economia brasileira e nosso país passou a ser referência mundial para outras economias – frisou.

## Paim assegura que o Rio Grande do Sul terá R\$ 30 bi do PAC

Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem que até o final deste ano o Rio Grande do Sul receberá R\$ 30,6 bilhões da primeira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses recursos, conforme o senador, serão aplicados nas infraestruturas de logística, energética, social e urbana.

Paim também solidarizou-se com o deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF). Explicou que o deputado foi acusado, por uma empresária de Brasília, de receber propina quando foi secretário de Saúde do Distrito Federal durante o governo José Roberto Arruda. Mas a acusadora, a empresária Nerci Soares Bussanra, admitiu recentemente à Polícia Federal que a acusação era falsa e que ela nunca teria se encontrado com Augusto Carvalho.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Silhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Silhessarenko • Marconi Perillo • José Nery • Mão Santa

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333  
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves

Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Internet deverá ter advertência sobre o consumo de drogas

Os provedores de acesso à internet poderão ser obrigados a divulgar mensagens contendo advertências sobre o consumo de drogas. A medida está prevista em projeto (PLS 363/03) do então senador Paulo Octávio, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta ainda será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

De acordo com o projeto, que teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), os provedores de acesso à internet e os fornecedores de informações divulgadas na rede eletrônica mundial serão obrigados a "inserir mensagens alusivas aos danos decorrentes do consumo de drogas".

As mensagens, de acordo com o texto, serão mantidas em caráter permanente e deverão ser "claramente legíveis e facilmente identificadas pelo usuário".

– Apesar de os serviços da internet não serem uma concessão pública, podem ser considerados serviços de interesse

público – disse Azeredo, ao apresentar seu voto favorável ao projeto, também aprovado, com emendas, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Azeredo, o consumo de drogas constitui grave problema social no Brasil, e a desinformação a respeito dos danos decorrentes do consumo de drogas contribui para tornar o problema ainda mais grave. A internet, salientou ele, oferece um "grande potencial de comunicação" com os jovens e adolescentes, público que considera "mais vulnerável ao apelo das drogas".

### Rodovia

Também recebeu parecer favorável da CE o texto da Câmara dos Deputados ao PLS 27/07, do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que denomina Euclides da Cunha o trecho localizado no estado do Acre da Rodovia BR-364.

Segundo voto apresentado pelo relator substituto, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o texto enviado pela Câmara aperfeiçoou a redação do projeto.



Inácio Arruda e Sérgio Zambiasi na reunião de ontem da Comissão de Educação

## Papaléo alerta contra pacote tributário em debate na Câmara

Papaléo Paes (PSDB-AP) criticou ontem projeto do Executivo, em tramitação na Câmara dos Deputados, que autoriza fiscais fazendários a confiscarem bens do contribuinte em débito com o fisco.

O fiscal fica autorizado a realizar a penhora de bens e até mesmo a arrombar casas e empresas, independentemente de autorização judicial.

– O pacote tributário encaminhado em abril do ano passado, a título de combater a sonegação, promove uma verdadeira agressão ao nosso arcabouço jurídico, concede às autoridades fazendárias prerrogativas do Poder Judiciário e condena o contribuinte a uma situação de absoluta insegurança e vulnerabilidade – denunciou o parlamentar.

O projeto (PLP 469/09) pretende aperfeiçoar o combate à sonegação fiscal e prevê a maior responsabilização dos sócios e gerentes por débitos da empresa e a possibilidade de o Ministério Público Federal e os demais órgãos incumbidos de cobrar a dívida ativa quebrarem o sigilo fiscal de devedores.

Também estão em discussão na Câmara o PL 5.080/09, que re-



Papaléo Paes diz que propostas do Executivo afrontam a Constituição

forma a Lei de Execuções Fiscais, e o PL 5.082/09, que sistematiza a transação em matéria tributária. Esses projetos, diz Papaléo, promovem "verdadeiro cerco ao contribuinte".

O senador mencionou a opinião de Ophir Cavalcante, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para quem a proposta afronta a Constituição ao retirar do cidadão o princípio da presunção da inocência, tenha ele ou não problemas com a Receita.

Papaléo Paes citou ainda diversos juristas de renome, entre os quais Ives Gandra da Silva Martins, que avaliam as proposições como uma "afronta ao senso comum".

Paim anuncia em entrevista à Agência Senado que participará de gestões para aprovar mudança acabando com procedimento que prejudicaria beneficiários de auxílio-doença



Em debate na CAS, Paim, entre José Augusto e Chico Vigilante, manifesta apoio a sugestão de emenda a projeto de sua autoria

## Emenda pode extinguir alta programada na Previdência

REPRESENTANTES DE SINDICATOS de trabalhadores e aposentados defendem a inclusão de uma emenda em projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) visando extinguir as altas programadas – procedimento em que os peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) determinam por quanto tempo o segurado poderá receber benefícios como o auxílio-doença. Paim apoiou a iniciativa, que foi um dos temas da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

Com o procedimento da alta programada, o segurado, no momento em que recebe o diagnóstico de que está temporariamente incapacitado para trabalhar, também é informado sobre quando supostamente estará saudável e, por isso, deixará de receber o benefício.

Uma das críticas a esse procedimento é pelo fato de a alta programada ser definida antes que uma nova perícia médica possa comprovar a recuperação do segurado. Outra crítica

sustenta que a alta programada foi criada para reduzir os custos do INSS, em detrimento dos segurados. E há ainda o argumento de que a alta programada seria ilegal.

### Projeto

A emenda que extinguiria tal procedimento seria inserida no PLS 302/07, projeto de lei de Paulo Paim que isenta dos exames médico-periciais os aposentados por invalidez com mais de 60 anos – exames que são exigidos para a manutenção dos benefícios de aposentadoria ou pensão.

O projeto já foi aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) e está para ser enviado à Câmara dos Deputados. A emenda, portanto, seria apresentada naquela Casa.

Em entrevista à Agência Senado, Paim disse que participará das articulações para aprovar a emenda, tanto na Câmara como, posteriormente, no Senado – para onde o texto retornará caso seja aprovado e

modificado na Câmara.

### Punição

O presidente da Conferência Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins Gonçalves, afirmou que o método utilizado pelo INSS resulta na alta de pacientes que ainda não estão recuperados de doenças ou acidentes. Já o coordenador do Fórum Sindical de Trabalhadores, José Augusto da Silva Filho, disse que, "em vez de combater as fraudes na Previdência por meio da fiscalização e de punições exemplares, o governo implementa apenas medidas paliativas para aumentar receitas e reduzir custos".

Por sua vez, o advogado Pedro Dornelles, que presta assessoria a aposentados no Rio Grande do Sul, informou que liminar concedida pela Justiça Federal no estado proíbe a alta programada antes que o segurado faça uma nova perícia. O médico perito Jefferson da Silva, que atua no Fórum Sindical dos Trabalhadores, também defendeu o fim do procedimento.

## Audiência sobre pequenas hidrelétricas é adiada para terça

A ausência do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, levou o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Valter Pereira (PMDB-MS), a transferir para a próxima terça-feira debate previsto para ocorrer ontem, sobre a implantação de linhas de transmissão voltadas para pequenas centrais hidrelétricas.

Para o presidente da CRA, sem a presença de Tolmasquim a audiência ficaria prejudicada. O presidente da EPE comunicou à CRA na noite de segunda-feira

que não poderia comparecer ao debate. Valter Pereira disse ter comunicado o fato ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pasta à qual a EPE está vinculada. O presidente da CRA informou ainda que, caso Tolmasquim não compareça à próxima reunião, o ministro será convocado para o debate.

– O ministro entendeu, porque conhece o Regimento Interno do Senado e a Constituição. Ele ficou de tomar as devidas providências para garantir a participação de Tolmasquim na próxima audiência – afirmou Valter Pereira, que solicitou o



Valter Pereira considera fundamental a presença de Maurício Tolmasquim

debate com foco em empreendimentos em municípios de Mato Grosso do Sul, como Chapadão do Sul. Conforme observou, os problemas nas pequenas hidrelétricas têm grande relevância não só para Mato Grosso do Sul, mas para o Brasil.

## Pereira celebra mudanças em licença ambiental

O anúncio do Ministério do Meio Ambiente de mudanças nas regras de concessão de licença ambiental, dando maior agilidade ao processo, foi comemorado ontem pelo presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Valter Pereira (PMDB-MS). Segundo o senador, são muitas as dificuldades enfrentadas pelos produtores em função de exigências enormes para a concessão da licença.

O ministério, de acordo com o senador, quer reduzir drasticamente os prazos para concessão. A pré-proposta de alteração nas regras deverá ser submetida a vários órgãos, como o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Ministério Público.

– Sempre cobramos isso, para que fosse destravada essa área, para que os empreendimentos fluíssem com mais facilidade. O Brasil precisa reduzir os custos

de seus empreendimentos. Essa medida poderá se transformar em verdadeira alforria para a agricultura – avaliou.

Valter Pereira também comemorou notícias de possível acordo que deverá ser firmado entre a mineradora Vale e a multinacional Bunge, que inclui a compra da participação majoritária na Fosfertil, maior fabricante de matéria-prima para a produção de adubos no país.

Advogado e ex-presidente de cooperativa apresentam, em audiência no Senado, razões para impasse que levou a paralisação e atraso em obras



Fotos: Várzea/Lume

Alvaro concentra questionamento nas denúncias de revista; Virgílio (ao lado de Marisa Serrano) lembra drama de cooperados, na audiência presidida por Renato Casagrande (à dir., ao lado de Cícero Lucena)

## Bancoop: oposição questiona, Vaccari nega desvio

SENADORES DA OPOSIÇÃO destacaram ontem, em audiência pública, o drama de muitas famílias que investiram suas economias na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), de São Paulo, mas não receberam os imóveis prometidos. O ex-presidente da cooperativa João Vaccari Neto admitiu dificuldades, mas contestou as denúncias de que recursos teriam sido desviados para campanhas eleitorais do PT.

Para ouvir explicações sobre as denúncias de irregularidades, duas comissões permanentes do Senado – a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa – se uniram em audiência conjunta. João Vaccari Neto, atual tesoureiro do PT, compareceu juntamente com o advogado Pedro Dallari. Outros dois convidados não apareceram: o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo José Carlos Blat e o corretor de câmbio Lúcio

Bolonha Funaro.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor do requerimento para a audiência, concentrou suas perguntas nas denúncias divulgadas pela revista *Veja*: superfaturamento e desvio de dinheiro para pagamento de propinas ou verbas para campanhas políticas do PT. Vaccari negou todas as acusações.

Alvaro perguntou sobre o escândalo do dossiê falso, de 2006, que seria usado por petistas contra o então candidato a governador José Serra. Lembrou que Freud Godoy, assessor da Presidência da República, recebeu R\$ 1,5 milhão da Bancoop. Vaccari negou relação entre o pagamento e o dossiê, afirmando que Godoy prestou serviços de segurança.

Vaccari garantiu que um repasse de edifício no Guarujá para a OAS Empreendimentos

foi feito dentro da legislação vigente e que o corretor Lúcio Funaro, que não compareceu à reunião, fez declarações falsas sobre os negócios da Bancoop.

Já o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que o Ministério Público constatou milhares de operações fraudulentas da Bancoop, e que sua falência teria sido evitada graças ao socorro dos fundos de pensão da Petrobras (Petros) e do Banco do Brasil (Previ).

Vaccari respondeu que o MP teve acesso à documentação da Bancoop, por quebra de sigilo bancário, e o promotor nunca o convocou para ser ouvido sobre irregularidades.

### Pranto

Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou ter presenciado o pranto das famílias que investiram nos apartamentos prometidos pela Bancoop e perderam

seu patrimônio. Ele leu carta de um cooperado que perdeu R\$ 100 mil e está ameaçado de processo e até de despejo.

Segundo o senador, muitos se sentem lesados porque foram obrigados a pagar parcelas adicionais, sob pena de perder o imóvel. Alguns edifícios foram penhorados em função de dívidas trabalhistas e os mutuários estão, agora, ameaçados de perder suas unidades residenciais, afirmou.

Vaccari admitiu haver dificuldades financeiras na Bancoop, bem como “um clima difícil” com os cooperados.

– Temos interesse de encontrar uma solução para cada caso. Ao todo, faltam 592 unidades residenciais – reconheceu.

Vaccari disse que as acusações de Lúcio Funaro são falsas, pois teve um único encontro com ele, quando se entrevistou com o deputado federal Valdemar Costa Neto (PR-SP).

Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber se os preços das unidades residenciais da Bancoop ficaram

maiores do que os de mercado, depois do pagamento de resíduos e majorações contratuais. Vaccari respondeu que não.

João Pedro (PT-AM) disse que o caso da Bancoop está sendo politizado para prejudicar o PT. Tasso Jereissati (PSDB-CE) afirmou possuir um relatório do Ministério Público que mostra centenas de cheques, retirados em dinheiro, totalizando R\$ 18 milhões.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) perguntou se as auditorias constataram fraudes. Dallari reafirmou não existir qualquer ação pública em andamento contra a Bancoop.

Cícero Lucena (PSDB-PB) observou que, embora não haja recursos públicos diretamente aplicados na Bancoop, há operações financeiras vultosas feitas com fundos de pensão, que são públicos.

O presidente da CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), disse que a audiência ficou prejudicada com as ausências de Blat e Funaro.

## Ex-presidente e advogado defendem cobrança adicional

João Vaccari Neto e o advogado da Bancoop Pedro Dallari concentraram seus depoimentos na atuação da cooperativa e nos problemas decorrentes de cobrança adicional para cobrir os custos dos empreendimentos.

Vaccari Neto centrou sua exposição no fato de ter dado ampla publicidade aos cooperados sobre o andamento dos empreendimentos habitacionais. Por sua vez, Dallari argumentou que a Justiça já tem se manifestado sobre contestações de cooperados em relação a valores a mais cobrados pela cooperativa, não cabendo a “politização” que se estaria dando ao caso.

O ex-presidente da Bancoop fez uma rápida prestação de contas sobre os empreendimentos habitacionais realizados, dizendo que 83 blocos, entre prédios (76) e fases de casas (7), já foram entregues, o que totaliza 5.609 unidades. Ainda restariam 13 blocos a serem entregues e, das 592 unidades em construção, 88 deverão ser liberadas até junho, embora mais de uma centena delas tenha sido alvo de pedidos de cooperados para mudança de construtora.

Em relação às medidas para profissionalização da cooperativa, o ex-presidente ressaltou a realização, a partir de 2005, de auditorias contábeis por empresa independente. Nesses processos, afirmou que os cooperados sempre eram chamados a acompanhar todas as fases das obras, tendo



Pedro Dallari, advogado da Bancoop, considera que o caso está sendo politizado a possibilidade, inclusive, de indicar auditor para analisar as contas dos empreendimentos.

Vaccari Neto mencionou ainda a criação de um fundo de investimento em direitos creditórios, instituído em 2004 para captar dinheiro privado para as obras, sob regulamentação e fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Esse fundo captou R\$ 39 milhões e, quando foi liquidado em 2009, efetuou resgates superiores a R\$ 53 milhões em favor dos investidores, disse ele.

### Politização

Pedro Dallari apresentou uma síntese da situação jurídica da Bancoop, destacando que a cooperativa começou a ser contestada judicialmente quando as auditorias iniciadas em 2005 constataram que os valores cobrados pelos empreendimentos



João Vaccari Neto, ex-diretor financeiro da cooperativa: atos tiveram ampla publicidade estavam abaixo de seu custo real. Muitos cooperados decidiram recorrer à Justiça por entenderem como indevida essa cobrança adicional. Assim, foram iniciadas 83 ações coletivas e 597 ações individuais contra a cooperativa para contestar a cobrança dos valores adicionais.

Pedro Dallari não poupou críticas ao promotor de Justiça José Carlos Blat. Além de não ter ouvido qualquer dirigente denunciado, o advogado o condenou por supostamente ter optado por usar a imprensa para acusar a cooperativa de desvio.

– Na esfera criminal, o promotor não vem conduzindo adequadamente o caso e os cooperados vêm recorrendo à politização – disse Dallari. Para ele, a ação dos cooperados no sentido de trazer o caso ao Senado é uma tentativa de se criar mais um foro de investigação.

## Promotor justifica ausência em reunião

Dos quatro depoentes sobre o caso Bancoop, dois não compareceram ontem. De acordo com o presidente da CMA, senador Renato Casagrande, um deles justificou a ausência, enquanto o outro simplesmente não apareceu para depor.

Quem enviou ofício à comissão expondo os motivos pelo não-comparecimento foi o promotor de Justiça José Carlos Blat, responsável pela investigação do caso pelo Ministério Público de São Paulo. Além de estar envolvido com diligências relativas à apuração de eventuais crimes praticados por dirigentes da cooperativa, o promotor tinha uma tomografia agendada no Hospital Sírio-Libanês.

Quanto ao corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro, que teria detalhado ao MP o esquema de desvio de dinheiro de fundos de pensão públicos para o caixa dois de campanhas eleitorais, não encaminhou qualquer justificativa para faltar ao depoimento. As comissões só conseguiram ouvir os esclarecimentos do ex-presidente da Bancoop e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, e do advogado da cooperativa Pedro Dallari.

Todos os depoentes foram convidados a vir ao Senado após a aprovação de requerimento do senador Alvaro Dias na CMA. Como requerimento similar, do senador Papaléo Paes, já havia sido aprovado pela CDH, as comissões decidiram fazer uma audiência conjunta. Com exceção do advogado da Bancoop, os demais convidados também já haviam sido chamados a falar perante a CPI das ONGs.